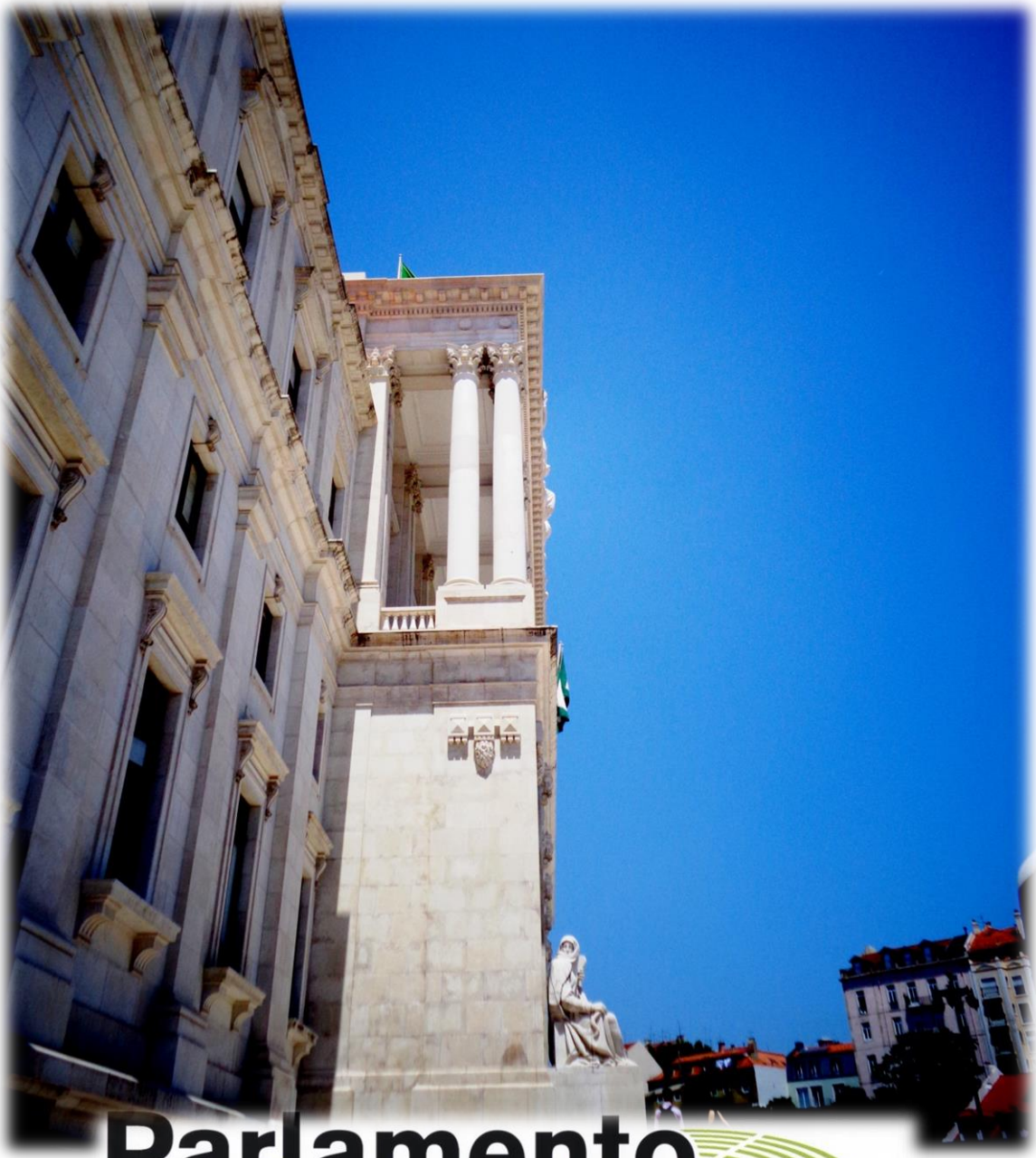


Parlamento dos Jovens

SECUNDÁRIO

Colégio de Albergaria

Jornalista Francisco Duarte

“Enquanto os jovens não tomarem a rua, não vamos a lado nenhum”, cito Carlos do Carmo e faço deste o mote para um percurso extraordinário, embora trabalhoso e árduo, que nos conduziu à Assembleia da República. Transpondo o mote para a vida política e o dever cívico, é certo que os jovens demonstram um crescente desinteresse pelo domínio político. Não obstante, a comissão organizadora do Parlamento dos Jovens registou a inscrição de 392 escolas, sendo de louvar a participação de mais de 5000 jovens a nível nacional, que representando as escolas de onde provêm, confirmam que a ideia suprarreferida se pode inverter.

Ao longo dos séculos, Portugal sofreu crises dinásticas, político-económicas que implicaram, por vezes, o domínio estrangeiro. Assistimos, atualmente, a uma profunda que parece implicar o mesmo domínio. Contudo, o povo português, destemido, conquistador, glorioso, cantado por Luís de Camões, aquando da sua epopeia, tem vindo a ultrapassar as adversidades que lhe são colocadas.

Assim, o Projeto Parlamento dos Jovens, que este ano comemora 20 anos de atividade política no seio da educação portuguesa, abordando o tema “Ensino Público e Ensino Privado: que desafios?”, é o meio mais importante que os jovens possuem para fazer chegar as suas vozes ao âmago da democracia e da política em Portugal, a Assembleia da República, a Casa da Democracia.

Albergaria-a-Velha

No colégio de Albergaria o empenho e persistência dos professores José Gabriel e Paula Vieira, contagiou os alunos que aderiram de forma entusiasta ao projeto. Do debate de ideias resultou o projeto de recomendação que defendia a liberdade na escolha do estabelecimento de ensino a frequentar, flexibilidade na gestão do calendário escolar e financiamento às escolas em função da evolução do percurso escolar dos alunos.

Ovar

17 de março de 2015

Catarina Martins, Filipe Marques e Francisco Duarte, deputados e Diogo Gomes, vice-presidente de mesa, participaram na sessão distrital.

Após uma manhã de trabalho em que se questionaram as várias delegações e se debateu o trabalho apresentado por cada escola, elegeu-se o Projeto de Recomendação da Escola Dr. Mário Sacramento, como projeto representativo do Círculo de Aveiro.

No período da tarde, reformulou-se o projeto de recomendação, tendo os deputados recomendado a "humanização dos recursos empregues na admissão e gestão de candidaturas universitárias", "redução do número máximo de alunos por turma", "financiamento da escolas privadas dependendo da oferta escolar regional", criação de "um sistema de incentivos que premeia as instituições de ensino" e "disponibilização de um espaço de neutralidade" para a realização de exames nacionais.

Lisboa

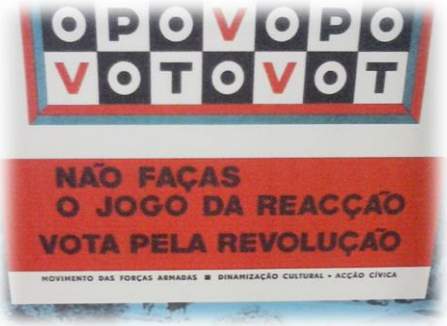
25 de maio de 2015

Após chegada e creditação de todas as delegações, os deputados reuniram em quatro comissões de trabalho, apresentaram e discutiram propostas previamente aprovadas no seu círculo. Na terceira comissão, onde se encontravam os deputados

do Colégio de Albergaria, foram debatidos 5 Projetos de Recomendação, sendo que o Projeto do Círculo de Castelo Branco foi o selecionado para debate em Plenário. As intervenções de diversos jovens deputados conduziram à discussão por parte de alguns círculos e o apoio de outros. Foi um primeiro

dia de trabalho, intenso mas gratificante, permitindo a partilha de ideias, muitas vezes divergentes, promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade.

Durante o trabalho de comissões, os jornalistas foram presenteados com uma visita ao Palácio de São Bento, cujas origens remontam a 1598, com a construção de um mosteiro beneditino, o Mosteiro de São Bento da Saúde. Após a Revolução Liberal de 1820 e a extinção das ordens religiosas, o mosteiro deu origem ao Palácio das Cortes. A *Sala dos Passos Perdidos* foi descrita como o local onde muitos passos se converteram em lamentações, pois funcionava como sala de espera para quem desejava uma audiência com o Governo. Seguiu-se a Sala do Senado, onde reina um imponente retrato de D. Luís. Nesta sala foi-nos explicado que, uma vez que se celebram os 20 anos do Parlamento dos Jovens, a nossa sessão em plenário seria realizada, não na sala do Senado como habitualmente, mas na Sala das Sessões.



A Sala das Sessões é ladeada por seis esculturas com inscrições que remetem para o caráter que a AR deve apresentar: a Eloquência, a Lei, a Justiça, a Jurisprudência, a Diplomacia e a Constituição. Conjugado com este aspeto, na parte frontal da sala, existe uma pintura em forma de luneta que retrata as Cortes Constituintes de 1821. Circundando esta pintura, encontram-se os brasões dos

Círculos Eleitorais da I República. Assim, presume-se que os atuais deputados devem inspirar-se nos seus antecessores, imortalizados na pintura de Veloso Salgado.

E porque a vida social se manifesta pela expressão e pela palavra, aos presentes foi-nos oferecido um Momento Cultural, em que os meios de comunicação e as redes sociais foram alvo de uma reflexão crítica em tom jocoso, pelo contador de histórias Jorge Serafim. Com expressividade e talento inquestionáveis, absorveu a atenção e o entusiasmo de quantos o ouviam, transportando-os por uma viagem à volta de contos tradicionais.

Aplausos para a energia deste senhor!

Com o término deste momento, passando pela Escadaria Nobre com o seu majestoso candeeiro, toda a comitiva foi encaminhada para os jardins do claustro do Palácio, onde um soberbo jantar estimulou o merecido descanso para o novo dia de trabalho.

26 de maio de 2015

A sessão do Parlamento dos Jovens teve como Presidente de Mesa Lara Lopes, de Viana do Castelo, o Vice-Presidente Mamede Fernandes, de Évora e os secretários Joaquim Gil, de Aveiro e Paulo Carlos, de Coimbra. A acompanhar a mesa, na abertura solene da sessão encontravam-se o Vice-Presidente da AR, Miranda Calha, o Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, Emídio Guerreiro e o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, José Casanova.

A sessão iniciou-se com um vídeo comemorativo dos 20 anos desta iniciativa política. Ao Vice-Presidente da AR foi-lhe concedida a palavra, afirmando que os jovens são "cidadãos donos da própria voz". Depois das três intervenções, a Presidente de Mesa convidou alguns deputados da AR, representantes dos diversos quadrantes políticos, a ocuparem os seus lugares na Mesa. A representar o PSD, Pedro Pimpão; CDS-PP, Michael Seufert; BE, José Soeiro; PCP, Diana Ferreira; PEV, Heloísa Apolónia; PS, Pedro Delgado. Cada deputado da AR, fez uma breve intervenção, tecendo as considerações que considerou mais importantes:

"Confiamos em vós, assim como vós podeis confiar nós", José Casanova.

"Não há democracia sem educação", Emídio Guerreiro.

"O que é importante é a qualidade do ensino e é aí que nos devemos focar", Pedro Pimpão.

"A educação não é um negócio, é um direito", Diana Ferreira.

Apresentações concluídas, iniciou-se o período de questões aos vários deputados, destacando-se a pergunta, dirigida ao deputado do BE, colocada por António Ferreira, porta-voz de Vila Real, que questionou a relevância do projeto "Parlamento dos Jovens", uma vez que nenhuma das propostas dos anos anteriores tinha ido a plenário. José Soeiro manifestou descontentamento e sugeriu a transformação das propostas aprovadas numa petição, de modo a que, caso obtenham um número de assinaturas superior a quatro mil, sejam obrigatoriamente discutidas em plenário.

Foi ainda colocada outra questão, à deputada do PEV, apresentada por Francisco Mendes, porta-voz de Aveiro, que fazia uma reflexão relativamente ao caso de viuvez de um dos cônjuges num casal homossexual, que não tendo poder paternal da criança, a obriga a retornar à instituição. A deputada considerou a situação como uma "hipocrisia do sistema" e considerou que o PEV já apresentou propostas em plenário para a adoção plena por casais homossexuais. Heloísa Apolónia salientou que não é relevante a orientação sexual, mas a estruturação da família. Considerou importante o contributo da sociedade para pressionar o governo na aprovação da adoção por casais homossexuais, beneficiando as crianças portuguesas, erradicando discriminações em Portugal.

Os jornalistas tiveram uma conferência de imprensa na Sala *dos Passos Perdidos*, onde interpelaram os deputados da AR. Questionei a deputada do PCP sobre o futuro da emigração juvenil em Portugal. Diana Ferreira apresentou a sua perspetiva relativamente ao tipo de governo que poderá inverter o atual fenómeno.

"O governo para inverter esta situação tem que estar comprometido com uma política de criar emprego com direitos. A alternativa ao desemprego ou a emigração não pode ser um estágio profissional, que ao fim de um ano empurra as pessoas para uma situação de desemprego, sem qualquer proteção social. A alternativa não pode ser um contrato precário em que se trabalha dois, três meses, vai-se embora e depois volta-se a trabalhar mais três meses sem direitos. O PCP estará com politicas que o combatam, mas é preciso um governo que seja de facto patriótico e de esquerda, que implemente e tenha coragem política para romper com um conjunto de imposições da União Europeia que nos têm amarrado a uma série de coisas, e que o governo e o PS, são cúmplices, porque assinaram o memorando de entendimento da Troika, e como tal, aceitaram este caminho que estamos a trilhar."

Terminadas as questões, iniciou-se a Conferência de Imprensa, com Pedro Pimpão. Definido o método de questionamento, apresentei, integrada no meu contexto escolar - uma escola com contrato de associação -, uma questão relativa ao duplo pagamento de prestações de ensino, visto uma delas ser paga através dos impostos para as escolas públicas, e outra através das prestações mensais ou trimestrais para frequentar o ensino privado. Pedro Pimpão considerou pertinente a questão, mencionando a importância das escolas privadas

nos últimos trinta anos devido à escassez de escolas públicas em certas regiões.

Durante a tarde, após a discussão dos diversos projetos, os deputados à Sessão Nacional recomendaram a adoção de dez medidas, das quais se sintetizam os seguintes aspetos:

- Conceção de um ensino com estrutura curricular flexível, de componentes ajustáveis às condicionantes socioeconómicas onde as escolas se integram;

- Promoção e valorização do ensino mais prático;

- Redução do número de alunos por turma;

- Revisão da rede escolar, atribuindo financiamento às escolas privadas quando na área a escola pública não responder às necessidades educativas;

- Concessão de maior autonomia às escolas, no sentido de fazerem uma gestão adequada às necessidades e caraterísticas dos seus alunos.

A sessão terminou com a entoação do Hino Nacional, momento de patriotismo e orgulho português. Fica o desejo de continuidade desta iniciativa. Como jornalista e estudante partilho a esperança de um bom final de ano letivo para todos os estudantes e parafraseio a deputada Júlia Neves da Secundária do Entroncamento,

"…não vaciles, tem confiança…"

Francisco Duarte

Jornalista pelo Colégio de Albergaria

13-06-2015